

Educação pública: mais verbas, menos retórica

César Augusto Minto

Muita gente não sabe, a imprensa pouco trata disso, mas a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) deverá votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2007) nas próximas semanas. Os sindicatos e as entidades estudantis ligadas à USP, Unesp, Unicamp e ao Centro Paula Souza (Ceeteps, responsável pelas escolas técnicas e faculdades de tecnologia), organizados no Fórum das Seis, lutam para que esta importante lei de planejamento do Estado contemple mais recursos para a Educação.

Apesar da retórica otimista e autopromocional dos governantes, a educação básica pública (educação infantil e ensinos fundamental e médio) tem se constituído num exemplo cabal de como **não** deve ser tratado o direito social, portanto de todos, à Educação. O atendimento na educação infantil tem sido insuficiente, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo. Nos ensinos fundamental e médio públicos constatamos classes super-lotadas, ausência quase total de bibliotecas e laboratórios, docentes e funcionários com salários arrojados e condições indignas de trabalho. As políticas estatais têm aprofundado, ano após ano, o descumprimento do direito inalienável à educação pública de boa qualidade, uma das fontes essenciais ao exercício da cidadania. Uma das principais causas desta prática anti-social tem sido a falta de recursos adequados para a manutenção e o desenvolvimento do ensino.

No Ceeteps (que congrega cerca de 140 mil estudantes), professores e funcionários tiveram salários arrojados na última década, ao mesmo tempo em que foi realizada uma expansão com finalidade questionável, pois desprovida dos recursos necessários. A principal consequência desta política irresponsável: o paulatino sucateamento dessa instituição essencial para a educação e o desenvolvimento tecnológico paulista e brasileiro.

Nas universidades estaduais, além de várias das mazelas já citadas, ainda vigoram contratos precários, terceirização de trabalhadores, desconto irregular da Habitação antes do repasse do ICMS determinado pela LDO, falta de contribuição da Secretaria da Saúde para a manutenção dos Hospitais Universitários, ausência de políticas para a permanência estudantil e inclusão indevida dos aposentados na verba da educação ativa. A política de redução do investimento nos direitos sociais ficou ainda mais evidente no momento em que o Executivo enviou sua proposta de Sistema de

Previdência dos Servidores Públicos (São Paulo Previdência-SPPREV), incluindo um artigo que retira dos já modestos 9,57% do ICMS destinados às universidades o montante correspondente à folha dos aposentados, transferindo-o para o SPPREV que o Executivo pretende criar!

Ademais, não tem havido providências concretas — de parte de nenhum dos poderes estaduais — para combater a sonegação e a corrupção fiscal, ao mesmo tempo em que a sociedade é submetida a um aumento gradativo da evasão fiscal consentida pelo Executivo, bem como de isenções fiscais nada justificáveis.

O Fórum das Seis considera urgente aumentar a destinação de recursos para investimento em educação pública, propondo e defendendo a aprovação de emendas à LDO-2007 para garantir 33% da receita total de impostos, incluídas as transferências de outras esferas administrativas, para a educação pública em geral — o que inclui 11,6% do ICMS para as universidades estaduais e a vinculação de 2,1% do ICMS para o Ceeteps.

Tais propostas fazem parte do Plano Estadual de Educação: Proposta da Sociedade Paulista, em tramitação na Alesp (PL 1.074/2003). Os diagnósticos e argumentos ali contidos indicam que a aplicação, nos últimos anos, de apenas 3,5% do PIB paulista em educação corresponde a uma política de desresponsabilização do Estado neste setor. Mostra, ainda, a necessidade de investimento crescente, até atingir 10% do PIB, índice a ser mantido pelo menos por uma década para poder garantir, de fato, educação pública de boa qualidade à sociedade, instrumento indispensável ao exercício das prerrogativas de cidadania.

O atendimento dessas propostas na LDO-2007 significaria importante decisão estratégica do Executivo e do Legislativo, que possibilitaria o desenvolvimento da educação pública em geral no Estado de São Paulo, com reflexos extremamente positivos em todo o país. Quanto ao Legislativo, cabe lembrar que tem responsabilidade e poder para reverter as políticas anti-sociais vigentes, que degeneram os serviços públicos prestados pelo Estado. A sociedade espera dos deputados estaduais, portanto, bem mais do que a mera retórica de “compromisso com a educação de qualidade”, pois, como se sabe, a educação não vive de brisa!

César Augusto Minto é professor doutor na Faculdade de Educação da USP e presidente da Associação dos Docentes da USP (Adusp).